

Nota de Imprensa n.º 2

31/10/2025

Estudo sobre modelos de atendimento e acompanhamento social integrado em Portugal (MAASIP)

O [Estudo sobre modelos de atendimento e acompanhamento social integrado em Portugal](#) (projeto MAASIP) está a ser desenvolvido pelo CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social, em colaboração com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e com o Instituto da Segurança Social, Instituto Público (ISS, IP), entre dezembro de 2024 e março de 2026.

Este Estudo, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do concurso Science4Policy 2024, surgiu de uma necessidade identificada pelo PLANAPP – Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas: a de que os modelos de atendimento e acompanhamento social integrado em Portugal carecem de mapeamento e avaliação das experiências de implementação, quanto às suas configurações, metodologias, resultados e impactos, o que limita potenciais aprendizagens.

No âmbito do Estudo, foi produzido um questionário *online*, que foi lançado, entre fevereiro e maio de 2025, junto de todos os municípios do Continente e Regiões Autónomas, tendo-se obtido 223 respostas válidas. Este número corresponde a 72,4% dos municípios portugueses, demonstrando um elevado nível de envolvimento da sua parte.

De acordo com as respostas obtidas, antes da transferência de competências da Ação Social para os municípios, existiu uma forma de organização do atendimento e acompanhamento social que podia ser designada como “Atendimento Integrado” (AI) em cerca de metade dos municípios respondentes.

A maioria destes respondentes (78,3%) afirma que essa metodologia de Atendimento Integrado produziu resultados que foram identificados/reconhecidos pela parceria que a implementou como, por exemplo, maior rentabilização de recursos, simplificação de processos, melhor fundamentação da intervenção, maior coerência entre respostas e necessidades e maior proximidade dos serviços.

Quase metade dos/as respondentes (45%) referiu, por outro lado, a existência de obstáculos/dificuldades na implementação do AI, que consistiram, principalmente, na desigualdade no envolvimento e, em última instância, na própria assunção de

Parceria



compromissos entre as diferentes entidades participantes no AI, bem como em vários aspetos relativos à escassez de recursos.

A transferência de competências da Ação Social da Segurança Social para os municípios assume-se como forte impulsionadora do AI. Com efeito, cerca de 81% dos/as respondentes afirmam que esta é uma prática atualmente em curso nos seus municípios, face a 46,2% que declaram que o AI já tinha estado anteriormente em curso e a 37,7% que afirmam que tal procedimento existia aquando da transferência de competências.

Para além do óbvio facto de os municípios passarem a assumir um maior protagonismo, as principais alterações no modelo de Atendimento Integrado induzidas pela transferência de competências, reconhecidas por 64,3% dos municípios onde aquela metodologia estava em curso, incluem o aumento da capacidade para se realizar um trabalho multidisciplinar; a possibilidade de haver gestor/a de caso; e o aumento da capacidade para haver uma discussão de casos com outras entidades.

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do concurso Science4Policy 2024 (S4P-24), o concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas, uma iniciativa do Centro de Planeamento e Avaliação de Políticas Públicas em parceria com a Fundação para a Ciência e Tecnologia, I. P. e financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência.

This work has been developed under the Science4Policy 2024 (S4P-24), an annual Science for Policy Project call, an initiative promoted by Centre for Planning and Evaluation of Public Policies in partnership with the Foundation for Science and Technology, financed by Portugal's Recovery and Resilience Plan.